

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ**

CNPJ 23.453.830/0009-27

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante		4.974.945	6.041.052	Circulante		4.269.137	4.408.940
Caixas e equivalentes de caixa	4	4.310.423	5.147.596	Fornecedores	10	1.791.221	1.866.586
Contas a receber	5	-	-	Obrigações trabalhistas	11	1.958.720	1.964.550
Estoques		638.659	659.496	Obrigações sociais	12	265.474	284.137
Adiantamento a funcionários		7.757	65.549	Obrigações fiscais		109.702	109.624
Outros créditos		15.167	162.020	Outras contas a pagar		7.700	10.079
Despesas antecipadas		2.939	6.391	Partes relacionadas	9	136.320	173.964
Não Circulante		8.747.160	8.856.845	Não Circulante		159.838	115.000
Contas a receber	5	6.542.519	6.542.519	Receita diferida	13	44.838	-
Partes relacionadas	9	583.738	790.825	Provisão para contingências	14	115.000	115.000
Depósito judicial	14	43.461	33.291	Patrimônio Líquido		9.293.130	10.373.957
Imobilizado próprio	6	1.518.614	1.475.768	Patrimônio Social	15	10.239.727	11.538.001
Intangível próprio	8	13.990	14.442	Déficit acumulado		(946.597)	(1.164.044)
Imobilizado - gestão pública	7	44.838	-	Total do Passivo e do Patrim. Líquido		13.722.105	14.897.897
Total do Ativo		13.722.105	14.897.897				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

	Nota	2021	2020
Receitas Operacionais		37.425.424	37.768.028
Serviços prestados pacientes SUS		37.768.028	37.768.028
(-) Glosas		(342.604)	-
Custos		(33.655.082)	(32.515.089)
Serviços de terceiros		(15.024.760)	(14.973.188)
Pessoal e encargos		(10.360.950)	(10.508.405)
Materiais e medicamentos		(8.269.372)	(7.033.496)
Despesas		(4.763.623)	(6.463.456)
Pessoal e encargos		(2.590.237)	(2.627.101)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.505.590)	(3.415.137)
Impostos, taxas e contribuições		(38.034)	(13.469)
Depreciação/amortização		(406.769)	(421.368)
Outras receitas e despesas operacionais	3	1.777.007	13.619
Financeiras Líquidas		46.684	46.473
Despesas financeiras		(32.184)	(41.619)
Receitas financeiras		78.868	88.092
Déficit do Exercício		(946.597)	(1.164.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

	2021	2020
Fluxos das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(946.597)	(1.164.044)
Ajustes de reconciliação do resultado		
Depreciação/amortizações	406.769	421.368
Déficit ajustado	(539.828)	(742.676)
Variáveis não circulante das contas de ativo e passivo		
Redução dos créditos	27.213	2.327.674
Redução / (aumento) em estoques	204.645	2.344.358
Redução / (aumento) em despesas antecipadas	20.837	(240.319)
(Redução) / aumento de fornecedores	3.452	(69)
(Redução) / aumento de obrigações trabalhistas	(75.365)	215.088
(Redução) / aumento de obrigações sociais	(5.830)	57.693
(Redução) / aumento de obrigações tributárias	(18.663)	(3.436)
Aumento / (redução) de obrigações tributárias	78	(64.355)
Aumento / (redução) de outras obrigações	32.289	(601)
Ajustes patrimoniais	(134.230)	19.315
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(512.615)	1.584.998
Atividades de investimentos	(494.001)	(76.721)
Aquisição de imobilizado	(661.560)	(76.721)
Aquisição de bens do intangível	(14.501)	-
Baixa de ativos	182.060	-
Atividades de financiamento	169.443	(254.303)
Transações com partes relacionadas	169.443	(254.303)
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(837.173)	1.253.974
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	5.147.596	3.893.622
Saldo existente no final do exercício	4.310.424	5.147.596
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(837.173)	1.253.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	9.880.034	1.638.652	11.518.686
Incorporação ao Patrimônio Social	1.638.652	(1.638.652)	-
Transferências	19.315	-	19.315
Déficit do exercício	-	(1.164.044)	(1.164.044)
Em 31 de dezembro de 2020	11.538.001	(1.164.044)	10.373.957
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.164.044)	1.164.044	-
Ajustes patrimoniais (nota 15)	(134.230)	-	(134.230)
Déficit do exercício	-	(946.597)	(946.597)
Em 31 de dezembro de 2021	10.239.727	(946.597)	9.293.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) faz parte da rede pública do estado do Pará e atende a região Metropolitana III, composta por 22 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde, abrangendo uma população de, aproximadamente, 900 (novecentos) mil habitantes. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. O Hospital está situado à Rua Adelaide Bernardes, s/nº, bairro Nova Conquista, cidade de Paragominas/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 26 de maio de 2014, por meio de contrato de gestão nº 028/SESPA/2014, com vigência até 24 de janeiro de 2022 conforme 17º termo aditivo as operações de gestão finalizam-se nesta data. Em 2021 o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, não havendo complemento do atual contrato de gestão, porém arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem per-

da do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze **continua...**

...continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ
 CNPJ 23.453.830/0009-27

meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID-19 nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; Conforme solicitação através de Memorando nº 6/2020 e protocolo 2020/623413 datado de 20 de agosto de 2020, houve recebimento de R\$ 1.226.844,49 (Um milhão, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro Reais e quarenta e nove centavos), em 27 de dezembro de 2021, referente ao ressarcimento de custos dos leitos mantidos para atendimento ao COVID-19, no período de março a agosto/2020. Este montante foi reconhecido em rubrica de outras receitas e despesas operacionais. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a

6. Imobilizado Próprio: Imobilizado com recursos próprios:

	Apar. e Inst. Cirúrgicos	Ap. Telef.	Máquinas e Equip.	Veículos	Móveis e Utensílios	Equip. Informática	Instalações	Total
	10%	10%	10%	20%	10%	10%	10%	
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	1.517.455	152	82.577	(738)	168.026	27.489	11.347	1.806.308
Adições	-	-	76.000	-	721	-	-	76.721
Depreciação	(322.770)	(33)	(22.925)	738	(35.998)	(23.552)	(2.721)	(407.261)
Saldo Final	1.194.685	119	135.652	-	132.749	3.937	8.626	1.475.768
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	1.194.685	119	135.652	-	132.749	3.937	8.626	1.475.768
Aquisições	-	-	14.212	-	6.330	-	-	20.542
Ajustes Inventário	61.607	42	464.040	-	49.164	17.624	2.507	594.984
Baixas	(173.660)	-	(5.436)	-	(2.907)	(57)	-	(182.060)
Depreciação	(319.110)	(36)	(27.401)	-	(36.627)	(4.708)	(2.738)	(390.620)
Saldo Final	763.522	125	581.067	-	148.709	16.796	8.395	1.518.614

7. Imobilizado Gestão: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos investimento:

	Máquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Total
	10%	10%	
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	3.198	42.491	45.689
Ajuste inventário	(81)	426	345
Depreciação	(27)	(1.169)	(1.196)
Saldo Final	3.090	41.748	44.838
8. Intangível			
	Software	Total	
	20%		
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	28.550	28.550	
Adições	-	-	
Amortização	(14.108)	(14.108)	
Saldo final	14.442	14.442	
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	14.442	14.442	
Adições	14.501	14.501	
Amortização	(14.953)	(14.953)	
Saldo final	13.990	13.990	

9. Partes Relacionadas: Em 2021, o montante a receber de R\$ 583.738 (R\$ 790.825 em 2020), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar em 2021 é de R\$ 136.320 (R\$ 173.964 em 2020), refere-se contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

	2021	2020
10. Fornecedores		
Material e medicamentos	429.429	543.083
Serviços	352.178	355.542
Serviços médicos	1.009.614	967.961
Total	1.791.221	1.866.586

	2021	2020
11. Obrigações Trabalhistas		
Obrigações trabalhistas	689.837	740.012
Provisão férias	1.175.119	1.134.024
Provisões FGTS s/férias	93.764	90.514
Total	1.958.720	1.964.550

	2021	2020
12. Obrigações Sociais		
INSS a recolher	67.945	77.193
FGTS a recolher	108.175	109.377
IRRF s/ folha a recolher	85.410	88.054
Contribuição Sindical a recolher	3.944	9.513
Total	265.474	284.137

13. Receita Diferida: Em 2021, foi utilizado o montante de R\$ 45.689, para aquisição de ativos. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2021, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2021	2020
Imobilizado - Contrato de Gestão	45.689	-
Total investido em Ativo	45.689	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(851)	-
Total de receita diferida	44.838	-

14. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$ 115.000,00 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabil-

mente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixas	1.000	1.058
Banco conta movimento	197.943	6.625
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.111.480	5.139.913
Total	4.310.423	5.147.596

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 028/SESPA/2014 com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 24/01/2022. Em dezembro de 2021, o Hospital recebeu os valores relativos aos serviços prestados no próprio mês, não apresentando saldo a receber em 31/12/2021.

	2021	2020
Circulante		
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	-	-
Total	-	-

	2021	2020
Não circulante		
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	6.542.519	6.542.519
Total	6.542.519	6.542.519

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de exercícios anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não foram consideradas provisões para perdas.

mente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Possível		
Cível	55.000	55.000
Trabalhista	204.000	23.224
Total	259.000	78.224

Em 2021, a Entidade possuía R\$ 43.461 (R\$ 33.291 em 2020) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **15. Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2021, houve ajustes patrimoniais acerca de eliminação de resíduos a pagar com fornecedores no montante de R\$ 70.973, embasados nas cartas de ausência de débitos enviadas para a unidade. Houve também, a incorporação de saldo a receber com partes relacionadas, no montante de R\$ 205.203, onde as diretorias concordaram em não haver movimentações financeiras.

	2021	2020
16. Despesas Gerais e Administrativas		
Serviços de gestão	(1.869.738)	(1.837.357)
Energia elétrica	(668.001)	(710.366)
Aluguel de máquinas	(636.962)	(454.659)
Viagens e hospedagens	(16.322)	(57.658)
Manutenção e conservação	(6.453)	(1.840)
Outros	(308.114)	(353.257)
Total	(3.505.590)	(3.415.137)

17. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	2020
18. Cobertura de Seguros:		
Cota patronal	2.309.967	2.290.556
Terceiros	669.890	664.261
RAT/SAT	230.997	229.056
Total INSS	3.210.854	3.183.873
COFINS	1.133.041	1.133.041
Total	4.343.895	4.316.914

18. Cobertura de Seguros: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **19. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
20. Gestão de Risco:		
Aplicações financeiras	4.111.480	5.139.913
Contas a receber	6.542.519	6.542.519
Total ativos financeiros	10.653.999	11.682.432
Fornecedores	1.791.221	1.866.586
Total passivos financeiros	1.791.221	1.866.586

A Entidade possui exposição aos seguintes **continua...**

...continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ

CNPJ 23.453.830/0009-27

riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional:** **Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração

Marcelo Azevedo Costa - Diretor Executivo - CPF. 519.341.594-68

manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **20. Eventos Subsequentes: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis. **b) Renovação do contrato de gestão:** O Contrato de gestão 028/2014, junto à SESP, teve sua vigência encerrada após 24/01/2022 e não foi renovada para uma nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis. Devido ao encerramento do contrato de gestão, o saldo de R\$ 6.542.519, registrados sob a rubrica de contas a receber de longo prazo, será incorporado pela Matriz do Instituto para continuidade da discussão de recebimento junto à SESP. Desta forma, a Administração não reconheceu provisões para perdas ao saldo de recebíveis nestas demonstrações contábeis. Paragominas/PA, 14 de março de 2022.

Lienay Teixeira de Macedo Koury - Contadora - CRC/PA - 021003/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará. Paragominas - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões civis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESP como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 20, chamamos a atenção ao fato de que ao término do contrato de gestão junto à SESP, em 24 de janeiro de 2022, o saldo de R\$ 6.542.519 a receber junto ao Ente Público, foi assumido pela Matriz do INDSH. A Administração não reconheceu provisões para perdas do contas a receber de longo prazo nestas demonstrações contábeis, considerando a provável liquidação do saldo pelo Ente Público junto à Matriz da Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2022. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP.** nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398 - CNAI PJ 000219; **Heitor Piovam** - Contador CRC 1SP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199.

Protocolo: 772860